

CENSO SUAS 2022

ANÁLISE DOS COMPONENTES DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único
Secretaria Nacional de Assistência Social
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Sumário

Ficha Técnica

Coordenação-geral do Censo SUAS 2022

Shirley Samico e Elizangela Cardoso.

Concepção, Planejamento e participação em reuniões

Ana Angelica, Ana Carolina Cambeses, Ana Gabriela Sambiase, Ana Paula Campos, Clara de Sá, Dionara Borges, Edgilson Tavares, Elizangela Cardoso, Fabio Lobo, Ieda Castro, Joana Costa, Lais Maranhão, Lucas Lino, Luciano Oliveira, Marcelo Gadelha, Marcelo Oliveira, Marcílio Ferrari, Mariana Peixoto, Paulo Clemente, Raimundo Nonato, Raquel Soares, Ricardo Lovatel, Rogério Campos, Sabrina Medeiros, Shirley Samico, Simone Albuquerque, Simone de Castro, Thiago Silvino, Ullysses Ferreira, Valdson Silva Cleto, Vinicius Pawlowski e Zilane Andrade.

Desenvolvimento de aplicativos informatizados, coleta e tratamento de dados

Caio Nakashima, Carlos Henrique Santana, Carlos Brasileiro, Cristiane Silva de Moura, Danilo Galvão da Cunha, Davi Lopes Carvalho, Dionara Borges, Érika Paes Latim Castro, Frederico Palma, Marcelo do Nascimento Saraiva, Marcelo Gadelha, Marcos Coimbra, Murilo da Silva Mascarenhas de Moraes, Paulo Clemente, Pedro Henrique Ribeiro Ferreira, Ricardo Carvalho, Roberto Wagner, Tiago Hackbarth.

Desenvolvimento de projeto de programação para análise de dados e produção da publicação

Valdson Silva Cleto

Elaboração e revisão dos textos

Shirley Samico, Valdson Silva Cleto, Erica Moreira, Elizangela Cardoso e Zilane Andrade.

Prefácio

A gestão de informação contribui tanto para a transparência dos resultados em relação à evolução da política, bem como para subsidiar o planejamento e aprimoramento da política pública. Eis os principais objetivos da série histórica da publicação Censo SUAS, uma análise dos componentes da política de Assistência Social.

A publicação do Censo SUAS teve sua primeira edição em 2010. Caderno publicado nos anos subsequentes que tem como objetivo apurar e evidenciar uma série de dados e de informações sobre gestão e financiamento, Cadastro Único, aspectos de infraestrutura, gestão do trabalho e educação permanente, serviços, benefícios, e participação social no âmbito da assistência social. Esses dados e informações subsidiam gestores, técnicos e pesquisadores envolvidos no SUAS, a aprimorar ações, identificar êxitos e reestruturar pontos que não tenham atingido os resultados planejados.

A partir de 2018, esta publicação foi interrompida. E, após 5 anos a SAGICAD retoma o caderno do Censo SUAS, na qual resgata as informações anteriores e garante continuidade às informações do SUAS. Reforça-se com isso o papel estratégico da produção de dados, monitoramento e análise de políticas, superando a perda na qualidade da informação, apagão dos dados, falta de transparência e o negacionismo.

Estes dados são coletados através do formulário do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), realizado anualmente desde 2007, coleta informações sobre serviços, programas e projetos de assistência social realizados pelas unidades públicas e pela Rede Socioassistencial Privada do SUAS.

Esta publicação apresenta os principais resultados do Censo SUAS 2022, organizados de forma a facilitar a leitura e a utilização do amplo conjunto de dados levantados. As informações estão organizadas segundo as temáticas: Gestão e Financiamento, Cadastro Único, Unidades, Serviços e Benefícios, Gestão do Trabalho e Participação e Controle Social.

Esta edição lança olhar sob a luz do II Plano Decenal, mas dando continuidade à maior parte dos conteúdos históricos, e acrescentando temas como atenção à situação de imigração, regionalização, bem como oferta de serviços a exemplo do serviço de proteção social no domicílio, família acolhedora entre outros. Adicionalmente, são analisados aspectos da gestão do Cadastro Único para programas sociais no SUAS.

A consolidação das análises disponibilizadas nessa publicação reflete o esforço contínuo de aperfeiçoamento da cobertura do levantamento das informações, realizado conjuntamente pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD) e Secretaria

Nacional de Assistência Social (SNAS). Esperamos que as análises e os resultados apresentados possam dar continuidade ao papel de subsidiar o debate qualificado e construtivo a respeito do SUAS para resultar em seu aprimoramento.

Letícia Bartholo

Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

André Quintão

Secretária Nacional de Assistência Social

Apresentação

A Assistência Social no Brasil

É muito real a presença do SUAS na vida do povo brasileiro. Conquistamos um Sistema Único que tem vinculação com XX % da população inserida no Cadastro Único. A política de Assistência Social nas últimas décadas carrega uma conquistas da sociedade brasileira através de um projeto de seguranças sociais afiançadas por meio da proteção, vigilância e defesa de direitos. Parte deste projeto já foi colocado em prática, com decisões construídas junto com controle social. Hoje temos 30.824 ofertas de equipamentos sociais que visam potencializar a proteção social a população através dos serviços, programas, projetos e benefícios dessa política. As conquistas convivem com problemas e contradições, assim, identificar e construir alternativas para esses desafios também faz parte da construção contínua desta política pública.

O início da estruturação da Assistência Social nos moldes atuais se deu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a assistência social passou a ser compreendida como direito do cidadão brasileiro e, portanto, como uma política pública de responsabilidade do Estado. É uma política de Seguridade Social não contributiva, que visa, em conjunto com outras políticas setoriais, a universalização dos direitos sociais.

Atualmente as ações da Assistência Social são organizadas sob a forma do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que está fundado na gestão descentralizada e participativa, com gestão compartilhada, cofinanciamento e cooperação técnica entre os três entes federados. Além da União, estados e municípios, o SUAS é integrado pelos Conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social. A organização da Assistência Social está disposta na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 7 de dezembro de 1993, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

No SUAS estão previstos dois tipos de proteção social: a básica e a especial, para prevenção de situações de vulnerabilidade e enfrentamento de situações de violações de direitos, respectivamente. Também no âmbito do SUAS são ofertados os benefícios assistenciais. As ações são empreendidas tanto pelas unidades públicas quanto pela rede socioassistencial privada do SUAS.

Até atingir a forma atual de organização, a Assistência Social passou por mudanças significativas, consequência de inúmeros esforços que possibilitaram a ampliação de recursos, programas, benefícios e serviços voltados à população em situação de vulnerabilidade e risco social e/ou violação de direitos.

Ao longo do século XXI, ainda que tenham sido instituídos alguns programas e elaboradas leis voltadas à proteção social, o acesso a direitos sociais era baseado na capacidade contributiva do trabalhador, excluindo uma grande parcela da população, incluindo a parcela que trabalhava no mercado informal.

A partir de 1988, a Constituição Brasileira trouxe uma nova perspectiva para a proteção social, apresentando, pela primeira vez no Brasil, um modelo amplo de Seguridade Social, composto por Saúde, Previdência e Assistência Social, que prevê atendimento e cobertura universais. O modelo estipula ainda que os benefícios e serviços devem ser uniformes e equivalentes para a população rural e urbana. Prevê a integração entre governos, com participação dos três entes, e sociedade para a consecução dos objetivos estipulados.

A assistência social foi reconhecida, portanto, como um direito da pessoa que dela precisar, sem necessidade de contribuição prévia à Seguridade Social. Tem por objetivos, de acordo com a Constituição Federal, “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”.¹

Considerando a nova configuração da Assistência Social definida pela Constituição, foi sancionada em 7 de dezembro de 1993 a Lei nº 8.742, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A LOAS estabelece para a Assistência Social os princípios de universalização dos direitos sociais, com igualdade de direitos de acesso no atendimento e respeito à dignidade do cidadão. A lei, que dispõe sobre a nova organização da Assistência Social, trouxe inovações importantes, como a participação social por meio de instâncias de controle social e a descentralização político-administrativa com primazia da responsabilidade do Estado, nas três esferas de governo, na condução da política. As competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão definidas na LOAS, bem como o cofinanciamento dos benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Social. Nesse sentido, mostra-se fundamental a articulação e a coordenação entre os três entes da federação, que se dá por meio das Comissões Intergestores Tripartite (CIT) e Bipartite (CIB), que são instâncias de pactuação interfederativa para a operacionalização da gestão do SUAS.

A partir da LOAS, uma série de ferramentas de institucionalização foram organizadas a fim de nortear a nova configuração da Assistência Social, como visto na Tabela ??.

¹BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 09/08/2018.

Tabela 1: Marcos legais da Assistência Social no Brasil.

1993	1998	2004	2005	2006	2009	2010	2011	2012
LOAS	PNAS	PNAS	NOB/ SUAS	NOB/ RH	Tipificação dos Serviços	Decreto 7.334 Censo SUAS	Lei 12.435 SUAS	NOB/ SUAS

A primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS), prevista na LOAS, foi criada em 1998 e instituiu diretrizes para as ações da Assistência Social, representando uma base orientadora para procedimentos a serem adotados pelos gestores da política de assistência social em todo o país².

Em 2003³, a IV Conferência Nacional de Assistência Social teve como deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em 15 de outubro de 2004 foi aprovada pela Resolução nº 145 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a PNAS, que trouxe alterações e definiu alguns elementos importantes para as políticas sociais. Dentre as novidades propostas, destacam-se o aperfeiçoamento da descentralização, a estruturação da participação da população, a fundamentação na centralidade na família para concepção e a implementação dos benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2004).

Em conjunto com a PNAS 2004, a Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2005 representou importante avanço no sentido de consolidar e implementar as diretrizes previstas na LOAS. A NOB/SUAS 2005 disciplina a gestão da política de assistência social a partir das definições constantes na Constituição Federal, na LOAS e na PNAS, e normatiza a operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A NOB/SUAS 2005 avança na integração, pactuação e coordenação entre as diversas esferas de governo, na organização das instâncias de gestão, articulação e controle da política, na proteção social, na instituição de arranjos para a prestação de serviços, e no financiamento, com definições sobre repasses regulares e mecanismos de transferências de recursos fundo a fundo baseada em pisos, critérios e indicadores de partilha⁴.

A NOB/SUAS 2012 avançou na pactuação de metas e de resultados, e trouxe maior flexibilização para uso dos recursos, ampliando a autonomia dos municípios. Também trouxe avanços em relação à organização da Vigilância Socioassistencial e da gestão do trabalho, principalmente em relação à educação dos trabalhadores.

²Boscheti (2001)

³As Conferências de Assistência Social deliberam as diretrizes para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social em cada uma das esferas governamentais (BRASIL, 2012).

⁴Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>. Acesso em 26/10/2017

Outro marco legal de destaque para a Assistência Social foi a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ela foi importante para padronizar a oferta dos serviços de proteção social básica e proteção social especial nacionalmente, especificando os conteúdos da oferta de serviços socioassistenciais. A Tipificação traz detalhamentos importantes sobre ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos, dentre outros. Tem-se, a partir da Tipificação, que os Serviços da Proteção Social Básica são compostos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e pelo Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Os Serviços da Proteção Social Básica buscam a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais.

Os Serviços da Proteção Social Especial, destinada a indivíduos em situação de violação de direitos, por sua vez, dividem-se entre média e alta complexidade. No primeiro caso, enquadram-se o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Na alta complexidade, estão os serviços de Acolhimento Institucional, Acolhimento em República, Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

As diversas atualizações de normativos realizadas desde a promulgação da Constituição de 1988 definem aspectos de gestão, financiamento, organização da prestação dos serviços, oferta de benefícios, estrutura, recursos humanos e de participação social para a Assistência Social. Nesse sentido, destaca-se a importância do Censo SUAS como ferramenta de acompanhamento e monitoramento dos diversos elementos que compõem o SUAS.

1 Metodologia

Os caminhos metodológicos para a publicação do Censo SUAS traz tem seu percurso uma construção coletiva dos três entes federados. Pode-se dizer que o Censo SUAS se consolida em três grandes processos referentes às seguintes fases:

- a) Ciclo da preparação,
- b) Preenchimento dos formulários, e
- c) Tabulação dos dados e análise.

1.1 Ciclo da preparação

A preparação se caracteriza como um momento em que as questões são revisadas com inclusão e exclusão de perguntas. Parte de um processo coordenado pela Vigilância Socioassistencial Nacional em que são debatidos e definidos de forma conjunta pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e pela Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD). Cada alteração tem como objetivo aprimorar e adequar as questões a partir das demandas da conjuntura.

O primeiro formulário do Censo SUAS foi criado em 2007 como uma ficha de registro de caracterização básica dos CRAS, o levantamento passou a ser denominado de Censo CRAS. O SUAS foi expandindo as suas entregas, tipificando novos serviços e consequentemente a necessidade de conhecer melhor a execução desta política em vários aspectos trouxe novos formulários ao longo dos anos. Atualmente são 14 formulários com aproximadamente 6 mil variáveis. A Tabela ?? mostra esse percurso histórico da inclusão dos formulários temáticos.

Ao longo desses dezesseis anos, o Censo tem como principal objetivo retratar as estruturas de gestão e de oferta de serviços do SUAS, produzindo informações que subsidiem o planejamento da política, o aperfeiçoamento do sistema, a formação dos trabalhadores e a prestação de contas à sociedade. Assim, é possível, a partir de seus resultados, monitorar e gerar ações e medidas que objetivam a resolução de dificuldades e o aprimoramento da gestão. Cabe destacar que o Censo SUAS foi uma das iniciativas premiadas¹ na publicação de registro das dez ações premiadas do 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, há um breve relato histórico do Censo SUAS.

¹Em ENAP (2011)

Tabela 1.1: Histórico de inclusão dos formulários temáticos

FORMULÁRIOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
CRAS																
CREAS																
Gestão Estadual/Municipal																
Conselho Estadual/Municipal																
Rede Privada																
Centro POP																
Acolhimento																
Centro de Convivência																
Centro Dia e Similares																
Família Acolhedora																
Fundo de Assistência Social/Estadual/Municipal																
Postos do Cadastro Único																

Sobre o conteúdo dos formulários destacados na ilustração histórica, destaca-se os seguintes a partir da última publicação:

- **Questionário Gestão Municipal:** 8 Blocos, são eles: Identificação do Órgão Gestor; Gestão do SUAS; Serviços; Programas e outras Ações Socioassistenciais; Benefícios Socioassistenciais, CadÚnico e Transferência de Renda; Atuação durante a pandemia de Covid-19 e Gestão do Trabalho.
- **Questionário Gestão Estadual :** 8 Blocos, são eles: Identificação do Órgão Gestor; Estrutura Administrativa e Gestão do SUAS; Serviços e Benefícios; Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade; Plano de Providência e Apoio Técnico; Comissão Intergestores Bipartite (CIB); Funcionamento durante a pandemia de Covid 19 e Gestão do Trabalho.
- **Questionário Fundo Municipal:** 5 Blocos, são eles: Identificação; Gestão de Recursos; Recursos Humanos e Responsável pelo preenchimento.
- **Questionário Fundo Estadual:** 6 Blocos, são eles: Identificação; Cofinanciamento Estadual; Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil; Gestão de Recursos; Recursos Humanos e Responsável pelo preenchimento.
- **Questionário Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):** 12 Blocos, são eles: Identificação; Estrutura Física; Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviços de PSB no Domicílio para pessoas com Deficiência e idosas; Equipe Volante; Benefícios

socioassistenciais; Cadastro Único; Programa Auxílio Brasil; Funcionamento do CRAS durante a pandemia de Covid 19; Programa Criança Feliz; Gestão e Território; Gestão de Pessoas.

- **Questionário Centro de Convivência:** 5 Blocos, são eles: Identificação; Caracterização da Unidade; Serviços e Atividades; Gestão; Gestão do trabalho.
- **Questionário Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):** 11 Blocos, são eles: Identificação; Estrutura Física; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Abordagem Social; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Benefícios e Cadastro Único; Gestão e território; Funcionamento durante a pandemia de Covid-19; Articulação e Gestão de Pessoas.
- **Questionário Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP):** 8 Blocos, são eles: Identificação; Estrutura Física; Funcionamento durante a pandemia de COVID-19; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço Especializado em Abordagem Social; Benefícios, Cadastro Único Gestão e Participação de Usuárias/os; Articulação e Gestão de Pessoas.
- **Questionário do Centro-Dia e similares:** 7 Blocos, são eles: Identificação, Caracterização da Unidade, Serviços e atividades; Estrutura Física; Perfil dos usuários; Funcionamento durante a pandemia de Covid 19; Articulação; Serviços e Atividades e Gestão de Pessoas.
- **Questionário Unidades de Acolhimento:** 7 Blocos, são eles: Identificação; Caracterização da Unidade; Características das/os usuárias/os; Serviço de Acolhimento; Estrutura Física e Área de Localização da Unidade; Funcionamento deste acolhimento durante a pandemia de Covid 19 e Recursos Humanos.
- **Questionário Família Acolhedora:** 4 Blocos, são eles: Identificação, Característica das/os Acolhidas/os; Serviços de Acolhimento; Funcionamento durante a pandemia de Covid 19; Famílias Acolhedoras e Gestão de Pessoas.
- **Questionário Postos de Cadastro Único:** 4 Blocos, são eles: Identificação, Estrutura Física; Cadastro Único; Programa Bolsa Família; Outras Atividades; Funcionamento dos postos e Gestão de Pessoas.
- **Questionário Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF):** 10 Blocos, são eles: Identificação; Regulação; Infraestrutura do Conselho; Secretaria Executiva; Orçamento dos Conselhos; Dinâmica de Funcionamento; Rede Socioassistencial; Composição do Conselho; Conselheiras/os e Responsável pelo Preenchimento.